

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 17 - ANO 3 - ABRIL DE 1996



**VANDANA SHIVA:
"O BRASIL ENTREGA
DE BANDEJA SUA
BIODIVERSIDADE"**

**HABITAT 2
APÓIA PARCERIA
COM A
COMUNIDADE**

**JÚLIO GAIGER
NA FUNAI:
O PRESIDENTE
DO MINISTRO**

**AGROTÓXICOS
E SUICÍDIOS:
ASSOCIAÇÃO
EXPLOSIVA**

**REPOSIÇÃO
FLORESTAL,
NAS MÃOS DOS
CONSUMIDORES**

SUMÁRIO

- 2 Repúdio ao massacre no Pará
Cartas
- 3 Vandana Shiva, a papisa da biodiversidade
- 4 Consumidores de madeira repõem árvores
- 5 Suicídios no RS podem estar ligados a agrotóxicos
- 6 Alta Costura
Pássaro recém-descoberto já corre risco de extinção
- 7 Gaiger, entrevista com o novo presidente da Funai
- 8 Curitiba, entre o marketing e o impacto ambiental
- 9 Coluna Ponto Doc
ONG fiscaliza projeto de saneamento no PR
- 10 Habitat 2 aplaude parcerias com a comunidade
- 12 Agenda
Marlui Miranda, todos os sons da floresta

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

O MASSACRE DA VERGONHA

Eldorado de Carajás, Pará, Amazônia. Poderia ter sido Paraná, Acre, São Paulo ou Rondônia. Até quando a resposta à violência, à morte e ao medo do povo será um sorriso de hiena desenhado na face dos governos? Ontem foram os índios, o decreto do medo, da morte lenta, requintada, desdenhosa, também questão de terras. Hoje a morte rápida, cruel, incisiva de sem-terra. Antes de ontem, já tinham, por decreto, desdenhado os sem-terra e cruelmente matado índios. Quem não se lembra do ministro demissionário, com seu olímpico ar de deboche, lançar o clássico "invadiu, não converso e não regularizo"? Quem, por ventura, já esqueceu o desespero dos Yanomami, quando Haximu virou Hiroshima das Selvas e o sangue tingiu a brandura daquele povo? Quem já pôde esquecer Carandiru, Corumbiara, Santa Isabel do Ivaí? E tudo isso por que? Para defender a falácia do direito individual de propriedade? Para garantir uma elite apodrecida no poder? Para mostrar que não há diálogo com invasores de terras, como disse o ministro? O que defendia a Polícia Militar do Pará? Um proprietário de terra que não pagava impostos? Não, a PM defendia um sistema que permite que proprietários fiquem sem pagar impostos, sem produzir, destruindo, impunes, a natureza, mas ela não admite que índios vivam em paz nem que trabalhadores pobres vivam dos frutos da terra. Matou para defender

um sistema que antes da razão conhece a força, que na mão estendida leva, solerte, uma arma. Matou para continuar a matar. Quantas coisas tem ensinado o Movimento dos Sem-Terra ao Brasil? Tantos e tão doloridos ensinamentos. Mostrou que a Justiça é rápida para desalojar ocupantes pobres de terra improdutiva, mas impotente para punir grileiros ricos de terras devolutas. Mostrou que nas prisões do Brasil sempre cabe mais um posseiro, mas que elas já estão cheias demais quando se precisa prender um banqueiro. Mostrou que é urgente a Reforma Agrária, e que é possível. Mas quanta dor, quanta amargura e desalento para ensinar ao País o que todos já sabiam. Agora, sobre o cadáver de jovens trabalhadores, o Governo diz que precisa de três dias para resolver a situação da terra enlutada. Tivessem esta solução e este prazo sido anunciados sem farda nem metralhadora e o conflito teria sido evitado.

Nossos governos são péssimos alunos. A clara lição dos sem-terra se soma à escancarada lição dos índios, mas o Governo acha que pode varrer tudo para baixo do tapete, comprando o conflito e entregando terra aos parentes das vítimas de Eldorado de Carajás. Os sem-terra não esquecem, os índios não esquecem, os pobres das cidades não esquecem, porque este massacre é a ameaça e o enigma constante que pesam sobre o Brasil e seu povo: ou me transformas ou te devorarei.



WAIMIRI-ATROARI

O noticiário regional tem dedicado várias colunas à resistência desses índios contra o asfaltamento da BR-174, no trecho que passa pela reserva. Desejamos refrescar a memória sobre a História dos Waimiri-Atroari. Entre 1971 e 1975, mais de 2 mil Waimiri-Atroari foram assassinados. A partir de 1975, o governo e grandes empresários começaram a manifestar as reais intenções do massacre. Um dos diretores da Eletronorte, acuado pela Anistia Internacional, chegou a afirmar que a hidrelétrica de Balbina era "tão importante quanto a preservação etnológica de nossos ancestrais". Entretanto, a opção sempre foi pela hidrelétrica e não pela vida dos índios. A obra é um absurdo técnico, financeiro e ambiental. Já a Parapanema introduziu-se nas terras Waimiri-Atroari ao arripio da lei. Com sucessivos golpes contra os índios, consolidou a exploração de diversos minerais nobres, prejudicando também o País,

CARTAS

através da sua comercialização irregular no mercado negro mundial. Agora, em meio à euforia com a chegada do asfalto, a surpresa: os índios estão impedindo a passagem da BR-174 pelo seu território. Exigem uma indenização de R\$ 1,7 milhão. Há quem esteja de novo sugerindo o uso da força para passar a estrada. Até o momento os índios não foram indenizados. Mas a estrada também não passou pelas suas terras. O fato é que os índios continuam vivos. E estão de pé. Páscoa é isto. É o povo se afirmando, ressuscitando, apearreando a maldade do Estado.

Egydio e Doroti Schwade
Casa da Cultura do Urubui,
Presidente Figueiredo, AM

ESCREVA PARA O
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS
AV. HIGIENÓPOLIS, 901
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL

VANDANA SHIVA: "LEI DAS PATENTES É CONVITE AO ROUBO"

MARLEINE COHEN

Diretora da Fundação para a Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Recursos Naturais de Nova Delhi, a cientista indiana Vandana Shiva tem denunciado a armadilha geopolítica que está sendo armada por alguns países que lideram a corrida à apropriação dos recursos genéticos existentes no planeta. Autora de vários livros – entre eles *Monocultures of the Minds: Biodiversity, Biotechnology and Agriculture* e *Staying Alive: Women, Ecology and Survival in India* –, ela foi agraciada em 1993 com o Prêmio Nobel da Paz Alternativo, alimenta um sóbrio *cult* pelo movimento feminista e uma militância em defesa da Natureza. Para Vandana, é na região amazônica e andina que se localizam os maiores reservatórios do patrimônio genético da humanidade. E é para onde as sociedades desenvolvidas têm olhado com cobiça, neste início da era da Revolução Biotecnológica.

Durante visita ao ISA, em abril, Vandana Shiva concedeu ao *Parabólicas* esta entrevista:

Parabólicas - *Quais os riscos e as vantagens da engenharia genética?*
As vantagens da engenharia genética nas técnicas agrícolas consistem basicamente em acelerar o desenvolvimento de uma espécie. Geralmente, para produzir certas características, é preciso passar por várias gerações de cruzamentos. Com a engenharia genética, pode-se simplesmente retirar o gene de uma planta, ou de um animal, e colocá-lo em outra. Esta vantagem é precisamente o que gera riscos. As sementes agrícolas evoluíram durante séculos ao lado de tribos e de povos indígenas – aliás, coevoluíram com o habitat e com a cultura. Os produtos da engenharia genética têm sido criados com nutrientes e a engenharia genética não tem, por si só, competência para avaliar no que implicam, em termos de adaptação ecológica, as variações dos organismos. Resultado: corre-se o grande risco de produzir espécies mal adaptadas. Isto cria uma ameaça inteiramente nova, que eu chamo de poluição biológica. Um exemplo: pode-se criar uma semente resistente a herbicidas. Mas não se sabe se esta semente resistente vai transmitir este gene, na terra, ou poluir as espécies. A poluição biológica é, de certa forma, uma ruptura da cadeia evolutiva das diversas espécies. Esse é o maior risco.

Parabólicas - *É possível existir uma agricultura moderna e reduzir a fome no Terceiro Mundo sem recorrer ao emprego da biotecnologia genética?*

A engenharia genética não quer resolver o problema da fome no Terceiro Mundo. Cerca de 90% das pesquisas na área visam aumentar o uso de produtos químicos. As pesquisas são impulsionadas pelas mesmas companhias que vendem substâncias químicas e se destinam a consolidar a dependência do setor agrícola. Eis as verdadeiras razões de nos fazerem acreditar na necessidade de empregar novas técnicas arriscadas na agricultura. Alimentar quem tem fome depende da maneira como a produtividade no campo vem sendo arquitetada: na medida em que passamos da agricultura diversificada para a monocultura, da produção agrícola descentralizada para o controle centralizado da produção agrícola, somos levados a acreditar na ilusão de que se está produzindo mais alimento. Todavia, o desaparecimento de outras colheitas que aliviavam a fome das populações locais não está sendo levado em conta. Temos, assim, uma avaliação distorcida da produtividade. Deixa-se de computar a perda provocada pelo estabelecimento do sistema agrícola – e parte do que se perdeu foi a biodiversidade e as diversas espécies que serviam justamente para alimentar os povos.



AILTON COSTA/ISA

Parabólicas - *A sra. acha que os recursos naturais de países como o Brasil e a Índia podem ser uma moeda de barganha diante da globalização?*

Eu acho que alguns recursos naturais são muito importantes. Nós precisamos estar cientes dessa riqueza para colocá-la na mesa no momento em que as negociações mundiais quiserem fazer parecer que nós nada temos e que aqueles que detêm o capital têm tudo. Mas, além disso, eu acho que temos mais do que a natureza. Temos também uma diversidade cultural formidável e já é tempo de começarmos a negociá-la de maneira otimista. Esta revolução ainda está por acontecer.

Parabólicas - *Brasil e Índia poderiam criar uma OPEP biológica para melhor negociar seus recursos naturais numa economia globalizada?*

Acho que sim. E nós teríamos alguns líderes com vontade de ferro. Uma OPEP da biodiversidade poderia não só resgatar os recursos do Terceiro Mundo, como também salvar o planeta. Os modelos econômicos provenientes do mundo industrializado, cultural e ecologicamente muito pobre, em termos de biodiversidade, se sobrepõem a outros tipos de modelos, destruindo-os ou encobrindo-os. Assim, implanta-se a monocultura do McDonald's e da Coca-Cola por toda a parte. Este tipo de globalização, baseado somente no poder do capital, nivela por baixo a humanidade. Não produz um engajamento intelectual, cultural e filosófico efetivo. Com a criação de uma OPEP da biodiversidade, podemos livrar o mundo da estreiteza do Ocidente todo-poderoso e nos unir em torno dos 99% da biodiversidade mundial que nos pertence. Somente assim, teremos uma moeda de barganha forte. Todos os recursos financeiros existentes não podem suprir a falta de biodiversidade.

Parabólicas - *O que a sra. achou da Lei das Patentes brasileira?*

Como a Lei de Patentes brasileira começou a ser esboçada nos anos 80, ela não se atém a questões prementes que surgiram mais recentemente. A Lei se adapta apenas às exigências do GATT. A pressa em concluí-la, sem aproveitar plenamente os cinco anos previstos por lei que ainda restavam, fez com que o Brasil não se preparasse, de certa maneira, com a maturidade necessária para formular uma legislação mais bem afinada com sua diversidade biológica e cultural. Essa Lei mais espelha os anos 80, quando deveria, na verdade, antecipar o Terceiro Milênio. Faltou-lhe complexidade. Basicamente, visa proteger os interesses das transnacionais, de forma arbitrária. O País entregou de bandeja sua herança biológica e cultural. O que o Brasil está dizendo ao mundo é: "Roubem-nos, pirateiem-nos. E nós vamos proteger vocês".

Mesmo sem apoio, associações de consumidores de madeira repõem florestas e barateiam matéria-prima

Quando o gato sai, os ratos fazem a festa. Curiosamente, neste caso, o gato é o órgão ambiental federal e os ratos os defensores da cobertura vegetal do País. Depois de 20 anos arrecadando a taxa de reposição florestal, sem que tais recursos fossem necessariamente traduzidos em reflorestamento, o Ibama parou de recolher o imposto, deixando-o a cargo de associações de consumidores de madeira. Só assim a coisa começou a funcionar. Instituídas por uma portaria do Ibama de seis anos atrás, as associações de reposição florestal florescem em alguns poucos Estados, embora continuem ilustres desconhecidas no resto do País. Elas foram idealizadas como forma de ajudar os pequenos consumidores de madeira a cumprir a lei que os obriga a repor a matéria-prima que consomem.

A lei exige que todo consumidor de madeira — desde pizzarias até indústrias de papel — reponha a matéria-prima consumida. Entretanto, no começo do ano passado, o Ibama baixou portaria que regulamenta as novas regras do jogo. Sem abrir mão da fiscalização, o órgão deixou de recolher o imposto de reposição florestal, ao menos nos estados onde os consumidores estão reunidos em associações. Isto representa, evidentemente, uma queda significativa na sua arrecadação. O Ibama chegou a divulgar que arrecadava R\$ 20 milhões anuais só em São Paulo, três vezes mais do que recolhem hoje as associações de reposição. Esses recursos eram destinados à manutenção de parques, pesquisa e fomento, mas o órgão jamais divulgou quanto exatamente recolheu durante o período e que destino deu ao imposto recolhido.

Há 22 associações ativas no Rio Grande do Sul, outras 12 em São Paulo e duas no Mato Grosso do Sul. E isso é tudo. Pelo resto do Brasil a organização dos consumidores ainda é incipiente. Não há nenhuma associação de reposição no Paraná, no Rio, em Minas ou no Nordeste, com exceção de Fortaleza, onde já existe um embrião de mobilização. Também estão sendo implantadas associações em Goiás, Rondônia e Espírito Santo. “As associações funcionam em São Paulo, por exemplo, porque já existia, entre os consumidores paulistas, uma certa cultura que previa o pagamento do imposto de reposição”, avalia Mário Mantovani, superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica. “Os escritórios de contabilidade das empresas recolhiam automaticamente a taxa”. Outros estados, que não têm tal tradição, dependem de uma ação efetiva dos órgãos fiscalizadores para que a lei seja cumprida. “O Ibama é tão relapso que mal se sabe quanta madeira se consome”, afirma Mantovani.

A ONG Gambá, de Salvador, está se organizando para montar a primeira associação baiana no gênero, tarefa que não pode assumir sozinha,

dada a exigência do Ibama de que este tipo de entidade tenha entre seus diretores os próprios consumidores de madeira. “Há seis meses pedimos ao Ibama uma lista das empresas consumidoras de madeira”, lamenta Renato Cunha, coordenador da Gambá, “mas até hoje não obtivemos resposta”. A Bahia, bem como os outros Estados que ainda não têm associações de reposição em funcionamento, podem se inspirar nos bem-sucedidos modelos paulistas. É o caso, por exemplo, da Verde Tambaú, associação que atua na região de Ribeirão Preto, nordeste do Estado. Em seis anos ela plantou mais de 2 milhões de árvores exóticas e 36.700 nativas.

Outra associação, a Flora Tietê, congrega 1.100 consumidores de madeira do Noroeste Paulista e já plantou 8 milhões de árvores, de 64 espécies. “Esta quota poderia facilmente ser multiplicada por três, se houvesse real fiscalização”, diz Luiz Carlos Rodrigues Freitas, coordenador da Flora Tietê. O ritmo de plantio ainda não supera o ritmo da devastação. “Apenas 80% dos consumidores de madeira declaram seu consumo e pelo menos metade do volume consumido é sonogado”, afirma Freitas. Em conjunto com a ONG Núcleo Pró-Tietê, a associação está implantando um viveiro que

deverá produzir

200 mil mudas de árvores nativas, como peroba, ipê e faveiro, até o ano que vem.

O sistema empregado pela Flora Tietê é simples. O consumidor tem que custear o plantio de árvores na quantidade e com qualidade equivalente à que consumiu. Ele paga, então, 30 centavos por muda, que é doada a um agricultor. Este receberá assistência da associação durante cinco anos, ao fim dos quais estará autorizado a cortar a árvore e vender a madeira, fechando o ciclo. Nesta parceria, o agricultor entra com a terra e a mão-de-obra e a associação com o *know-how*. O consumidor também acaba ganhando. “Antes da criação da associação, quem precisava de madeira tinha que ir buscar no Mato Grosso do Sul, onde tinha que desembolsar 20 reais por metro cúbico, incluindo o preço do frete”, explica Freitas. “Hoje, os consumidores pagam apenas 12 reais pelo mesmo volume, com frete, mais o 1,5 real correspondente à reposição de cinco árvores”. A Flora Tietê desenvolveu técnicas próprias para potencializar sua ação, enrolando as mudas, por exemplo, numa espécie de rocambole que conserva as plantas por até 15 dias e permite empilhar até 3.000 mudas numa caminhonete pequena.

“Agora, pelo menos, os pequenos e médios consumidores sabem exatamente para onde vai o seu dinheiro”, diz Claudio Silvestre, diretor executivo da Federação das Associações de Reposição Florestal do Estado de São Paulo, Faresp. ☐



Viveiros da Flora Tietê: 8 milhões de árvores plantadas.



JOÃO PAULO CAPOBIANCO

Aumento das mortes registradas em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, pode estar associado à pulverização da lavoura de fumo

O município de Venâncio Aires, distante 110 km de Porto Alegre, tem a maior taxa de suicídios do Brasil e uma das maiores do Mundo. No ano passado, seu coeficiente de suicidas — 37,22 por 100 mil habitantes — só perdeu para o índice médio da Hungria. A incidência de problemas de saúde mental na cidade também é muito grande, sobretudo na área rural. O número de suicídios em 1995 quase duplicou em relação aos dois anos anteriores, da mesma forma que o uso de agrotóxicos nas lavouras de fumo, que passou dos habituais 50 ou 60 kg por hectare para cerca de 100 kg por hectare em 1995, ano de muitas pragas em consequência da seca e de outros fatores. Mais de 70% dos suicidas são agricultores, safristas (trabalhadores temporários) e aposentados do campo.

A cidade baseia sua economia em dois produtos: o fumo e a ervamate. A cultura do tabaco, produzido em pequenas propriedades familiares, é a mais arcaica forma de servidão. O produto tem valor, mas o trabalho para produzi-lo não. O agricultor é submetido aos interesses das multinacionais do fumo, que incluem a obrigatoriedade do crédito, do uso de fertilizantes e agrotóxicos, e da comercialização dirigida. O ciclo do fumo repete-se, como num ritual, ano após ano, envolvendo toda a família do agricultor. Em dezembro e janeiro, a mão-de-obra infantil participa massivamente da colheita. Tanto, que o calendário escolar da região teve de adequar-se a esta realidade. De outubro a dezembro ocorre um uso mais intenso de agrotóxicos, principalmente organofosforados, assim como carbamatos. Estes três meses estão, não por acaso, entre os quatro em que houve maior número de mortos em Venâncio Aires.



WALDEMAR PADOVANI/IAE

Plantio de fumo no RS: alto consumo de agrotóxicos.

Para explicar o aumento da taxa de suicídios, falou-se nos aspectos culturais da etnia alemã, onde se poderia identificar pouca tolerância individual e coletiva a fracassos, e na crise do modelo econômico familiar e minifundiário que traz problemas econômico-financeiros. Entretanto, o elemento que mais se destaca é o uso dos agrotóxicos organofosforados no cultivo do tabaco. Normalmente o fumicultor não utiliza equipamento de proteção individual, alegando ser muito caro e incômodo. Aplicados, via de regra, em quantidades excessivas, os agrotóxicos deixam resíduos que são absorvidos através da respiração, pele e cabelos, podendo causar síndromes cerebrais orgânicas ou doenças mentais de origem não psicológica. Segundo o Sindicato de Trabalhadores Rurais do Fumo de Venâncio Aires, existem no município centenas de agricultores que não podem sequer aproximar-se de lavouras de tabaco, tamanha a sensibilização que apresentam aos agrotóxicos. Há, também, uma segunda forma de intoxicação: a que ocorre pelo consumo de alimentos contaminados, plantados em áreas com alto índice de resíduos tóxicos.

Tais problemas podem ser verificados também em outras

partes do País. Na Bahia, de agosto a novembro de 1995, ocorreram três mortes e mais de 30 casos de intoxicação por agrotóxicos do fumo, só no município de Governador Mangabeira. Na cidade de Arapiraca, em Alagoas, houve mais de 10 mortes e cerca de 300 pessoas intoxicadas na última safra.

Para agravar tal situação, uma portaria do Ministério da Saúde de janeiro de 1992 alterou a classificação dos agrotóxicos, minimizando as classes toxicológicas dos produtos e possibilitando o aumento de concentração de princípios ativos. Hoje, apenas 6% dos agrotóxicos do País permanecem nas classes I e II (extrema e altamente tóxicos), sendo que 94% passaram às classes III e IV (medianamente e pouco tóxicos). Antes, 85% dos agrotóxicos pertenciam às classes I e II, 12% à classe III e 3% à classe IV.

SEQÜELAS NEUROLÓGICAS

Renomados toxicologistas apontam os organofosforados como degenerativos do Sistema Nervoso Central. Tanto as intoxicações agudas como as exposições crônicas causam basicamente três tipos de seqüelas neurológicas: polineuropatia retardada, síndrome intermediária e efeitos comportamentais. A polineuropatia

retardada aparece duas ou três semanas após a intoxicação aguda e inclui fraqueza progressiva das pernas, podendo evoluir até a paralisia. A síndrome intermediária aparece de um a quatro dias após o envenenamento. Seu sintoma principal é uma paralisia que afeta principalmente os músculos das pernas e respiratórios. Ocorre também uma diarreia intensa, com risco de vida. Já os efeitos comportamentais derivam de baixos níveis de agrotóxicos organofosforados, que se acumulam através do tempo, ocasionando intoxicações leves e moderadas. Incluem insônia, falhas de memória, dificuldade de concentração, apatia, irritabilidade, depressão e esquizofrenia. Recentemente, no Japão, após o atentado no metrô de Tóquio com o gás Sarin, um organofosforado, surgiu o medo de que ocorresse depressão e tendência ao suicídio entre os mais de 10 mil intoxicados.

Tais elementos confirmam que o fenômeno ocorrido em Venâncio Aires é alarmante e sério, e constitui-se em grave atentado aos Direitos Humanos. Se realmente estiver relacionado ao uso de organofosforados, poderá ser caracterizado, também, como crime contra a saúde pública e o meio ambiente e atentado aos direitos do consumidor. O Estado, a União e as indústrias de agrotóxicos e fumageiras podem ser responsabilizados por conduta omissiva ou permissiva. ☐

O texto acima foi extraído de um estudo realizado pelo médico João Werner Falk, professor da Faculdade de Medicina da UFRGS, pelo bioquímico Lenine de Carvalho, mestre em Epidemiologia pela Universidade de Londres, pela advogada Leticia Rodrigues da Silva, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Venâncio Aires, e pelo engenheiro agrônomo e florestal Sebastião Pinheiro, técnico do Ibama.

• **Prêmio para Marina** - A senadora Marina Silva (PT-AC) acaba de receber o Prêmio Ambientalista Goldman de 1996, em San Francisco, na Califórnia. Criado em 1989, o prêmio é o mais importante no gênero em todo o Mundo. A senadora foi premiada com US\$ 75 mil por sua luta em defesa das populações da Amazônia, especialmente os seringueiros. É a segunda vez que um brasileiro é contemplado com o prêmio. Em 1992, Carlos Alberto Ricardo, secretário-executivo do ISA, foi escolhido pela sua luta em prol dos direitos indígenas. Os vencedores foram indicados por 19 organizações ambientalistas e por especialistas em 30 países. No ano passado, um dos agraciados foi o líder ogoni Ken Saro-Wiwa, executado em novembro pelas autoridades militares nigerianas.

• **Cerco apertado** - O Ibama quer implantar quatro bases terrestres de fiscalização na Amazônia para coibir o tráfico de animais silvestres, as queimadas, a exploração de madeira de lei e o tráfico de drogas na região. O projeto contará com parceria da Casa Civil da Presidência da República, do EMFA, da Polícia Federal, da Receita Federal e dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica.

• **Cerco apertado 2** - O governo federal pretende investir R\$ 10,6 bilhões de reais até 1999 na modernização da defesa nacional. Segundo apurou o jornalista Lúcio Flávio Pinto, um dos itens do programa é o reforço da presença militar na Amazônia, para "garantir a inviolabilidade das fronteiras, em tempos de paz ou de conflito", como afirma o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg. A iniciativa deverá associar forças civis e militares, o que deverá por fim ao Projeto Calha Norte e englobar o Sivam.

• **Mamonas salvadoras** - Acredite: o óleo de mamona pode ajudar a preservar a camada de ozônio. A indústria mineira Poly-Urethane conseguiu sintetizar espuma de poliuretano para isolamento térmico

na construção civil a partir de extratos do vegetal. O óleo substitui o CFC como agente expander. Como nem tudo é perfeito, o sistema é 15% mais caro do que o tradicional.

• **Ecologista novato** - O megapreiteiro Cecílio do Rego Almeida tem apregoado que vai trazer cientistas da Universidade de Xangai, na China, para buscar princípios farmacológicos nas florestas de uma área do tamanho de Santa Catarina, no sul do Estado do Pará. O empresário, indiciado por envolvimento com o Esquema PC Farias, promete botar para correr os posseiros que encontrar na área, com a ajuda de delicados jagunços.

• **007 verde** - O capitão Aleksandr Nikitin, da Frota Nuclear do Norte da Rússia, está preso em São Petersburgo desde o início de fevereiro, acusado de alta traição pela FSB, sucessora da KGB soviética. A acusação: Nikitin teria passado segredos de Estado para uma potência estrangeira. No caso, ele ajudou uma ONG norueguesa a preparar uma lista dos depósitos de materiais radioativos na cidade de Murmansk, às margens do Mar Branco. Nikitin pode pegar de 10 anos de prisão à pena de morte.

• **Velho Chico** - O presidente FHC anunciou que vai investir R\$ 500 milhões na transposição das águas do São Francisco, nos próximos quatro anos. O polêmico projeto prevê a construção de 2 mil km de canais para o bombeamento das águas do rio para o Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, para abastecer 6 milhões de pessoas. O ritmo de bombeamento deverá variar com o regime de chuvas da região. O custo original da obra, planejada durante a gestão Itamar Franco, era de R\$ 1 bilhão.

• **Muito louco** - A última edição da newsletter *Arborvitae*, sobre conservação de florestas, editada pelo WWF e a IUCN, foi impressa num papel, no mínimo, original: ele foi produzido por uma empresa britânica a partir de folhas de maconha.

Os biólogos Bianca Reinert e Marcos Bornsheim, do Museu de História Natural do Capão do Imbuia, de Curitiba, conseguiram realizar um feito raríssimo. Eles foram os primeiros em cem anos a identificar um novo gênero de pássaro no País. Novos gêneros e espécies de fungos ou bactérias são descritos com frequência, mas entre vertebrados a coisa muda. Para se avaliar a importância da descoberta, estima-se que 99% das aves do mundo já tenham sido descritas.

O bicudinho-do-brejo, como foi batizado, é minúsculo, rasteiro e vive escondido em banhados e regiões pantanosas do litoral sul paranaense. O mais irônico é que, mal descoberto, o pássaro já corre risco de extinção. A área onde ele foi localizado, em agosto passado, foi devastada, desde então, para dar lugar a um loteamento. Não pouparam nem o brejo: foi todo drenado. "É triste ver que estão acabando com este ambiente sem que se saiba ao menos o que tem dentro dele", lamenta Reinert.

Os dois biólogos têm se movimentado para ajudar a preservar seu objeto de estudo. A primeira medida foi solicitar ao Ibama sua inclusão na lista das aves que correm risco de extinção. O bicudinho-do-brejo poderá, então, juntar-se à lista de 5.400 espécies animais consideradas ameaçadas pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.

A história do bicudinho-do-brejo é emblemática da destruição constante e inexorável da biodiversidade. Enquanto avançam, em todo o Mundo, as discussões sobre biopirataria, patentes e biotecnologia, não deixa de impressionar a velocidade como são queimadas as fontes virtuais de novos remédios, alimentos e combustíveis, sem que se suspeite sequer o que se está perdendo.

Reinert e Bornsheim vêm trabalhando numa faixa de 50 km entre as cidades litorâneas de Matinhos e Paranaguá desde 1991, inventariando as aves do campo e do banhado. Mas o cenário que escolheram para centrar seus estudos anda cada vez mais ameaçado. "Estudando mapas e fotos aéreas deste ecossistema, estimamos que pelo menos 50% da área já foram devastados", conta a ornitóloga. Depois da descoberta e captura do primeiro exemplar, a dupla levou mais de um semestre até conseguir aproximar-se de outro pássaro, embora tenha empreendido viagens constantes à região, o que reforça a tese de sua raridade.

O bicudinho recebeu um nome científico nada prosaico, *Stymphalornis acutirostris*. É uma alusão às aves com penas de bronze que, segundo a mitologia grega, teriam infestado o lago Estírfale. Elas foram exterminadas pelo semideus Hércules, num dos seus 12 trabalhos. Embora a ave pertença à família *Formicariidae*, ou Papa-formiga, os cientistas perceberam que ela não se enquadrava em nenhum gênero já descrito.

O mais surpreendente, nesta história, é pensar que o novo gênero foi identificado numa região densamente ocupada e exposta a levadas de veranistas, como é o Paraná. "Eu já tinha trabalhado no sertão da Bahia e o Marcos, na Amazônia", conta Reinert. "Ainda fico perplexa quando penso que viemos fazer nossa descoberta justo aqui." Não muito longe dali, no Parque Nacional do Superagui, no litoral norte do Estado, já havia sido descoberta, há cinco anos, uma nova espécie de primata, o mico-leão-de-cara-preta, outro feito raro. Se uma área de ocupação tão intensa e próxima dos mais tradicionais centros de pesquisa do País, ainda reserva tantas surpresas, que esperar dos estados amazônicos? ☐



BIANCA REINERT

Bicudinho: a ave que o brejo escondia.

GAIGER: O HOMEM DE CONFIANÇA DE JOBIM NA FUNAI

O novo presidente da Funai, o advogado Júlio Germany Gaiger, teve uma trajetória pouco comum. Fundador da Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), passou a prestar assessoria jurídica ao CIMI em 1981. Transferiu-se para Brasília em 1986, contratado pelo CIMI. Ingressou na Câmara dos Deputados como assessor legislativo concursado em 1991. Durante a revisão constitucional, opôs-se à tese do então deputado Nelson Jobim de que deveria haver contraditório nas demarcações de terras indígenas. Em abril de 1995, foi convidado pelo mesmo Jobim para colaborar na redação do substitutivo do Decreto 22. Aceitou, alegando concordar com as suas premissas políticas, embora discordasse das jurídicas. Com a saída de Márcio Santilli, no dia 8 de março, foi convidado pelo ministro a assumir a Funai, com duas tarefas prioritárias: finalizar a demarcação das terras indígenas e reelaborar as relações entre o Estado e as sociedades indígenas. Na entrevista a seguir, que preferiu conceder por escrito, Gaiger dá uma idéia de como vê o órgão que administra:

Parabólicas: Onde é que a Funai emperra?

A Funai não emperra de todo. Muita coisa se faz. Contudo, ressentido de falta de reciclagem do pensamento indigenista, da falta de atualização quanto à moderna administração da coisa pública e da crônica falta de recursos. Trata-se de um círculo vicioso, que será preciso romper com criatividade. O rompimento desta cadeia deve dar-se a partir da própria Funai. Não se deve aguardar gestos salvadores desde fora.

Parabólicas: É sabido que a reforma administrativa da Funai é indispensável. O que o senhor pretende fazer a esse respeito?

Estou retomando a proposta formulada pelo Márcio Santilli e verificando quais foram as questões levantadas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Dela resgataram-se desde logo idéias muito boas, como a gratificação para os servidores de campo. Outros aspectos, porém, precisam ser revistos com mais profundidade, com maior envolvimento do funcionalismo.

Parabólicas: Como o senhor pretende resolver o problema dos índios que, manipulados por madeireiros e garimpeiros que vêm a Brasília pressionar a Funai?

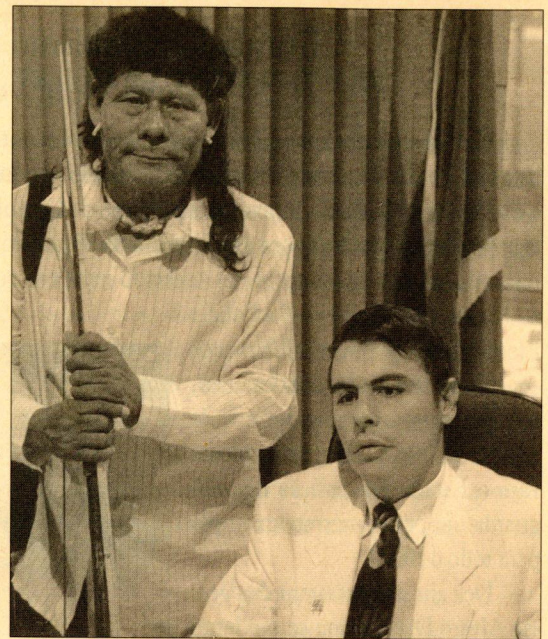
Estes índios precisam de alternativas à exploração predatória dos recursos das suas áreas. A possibilidade de lhes oferecer opções é pressuposto para lhes explicar porque o Estado, que até há pouco coonestava e até se mancomunava com estas explorações predatórias, agora se opõe a elas. Neste sentido, o Plano de Manejo Florestal Sustentado proposto pela Associação Bep-Nói, assim como o Plano de Limpeza Ambiental e Mineração Kayapó, proposto por Luiz Antônio Vessani, contam com o apoio desta Presidência, porque atendem a esta demanda por opções saudáveis. O primeiro está em fase de constituição da Comissão de Avaliação, após a assinatura, em 16 de abril, de portaria conjunta Ibama/Funai.

Parabólicas: Como a Funai está se organizando para responder aos contestadores de demarcações em andamento?

Organizou-se um grupo de advogados que classificou tematicamente as objeções, possibilitando um tratamento uniformizado. Apesar do número relativamente elevado, as objeções constituem pouca diversidade jurídica, facilitando a elaboração dos pareceres da Funai. Na avaliação dos advogados, não haverá dificuldades maiores para o cumprimento dos prazos do decreto 1775/96.

Parabólicas: Comenta-se que sua passagem pela Funai limita-se ao turbilhão do contraditório. Vencidos os prazos, estaria se retirando. Isto é verdade? A afirmação não é verdadeira. Não são estes os planos.

Gaiger e um líder xavante: "os índios precisam de alternativas à exploração predatória de seus recursos".



ALTON COSTAISA

Parabólicas: E como anda a relação da Funai com o Inca?

O Inca está para os sem-terra como a Funai para os índios. Reconhecemos nossas dificuldades mútuas e, por isso, em conversa com o presidente do Inca, estabelecemos que brevemente estaremos analisando as pendências entre os dois órgãos, com a disposição política de as resolver imediatamente.

Parabólicas: Qual a sua posição a respeito da reforma agrária?

A reforma agrária é pressuposto para a modernização do Brasil. Sem ela, nunca chegaremos a constituir um mercado interno forte.

Parabólicas: Como foi o seu envolvimento pessoal com a questão indígena?

Em 1977, assisti, por acaso, a dois eventos do seminário "O índio brasileiro: um sobrevivente?", realizado em Porto Alegre por iniciativa do fotógrafo Assis Hoffmann e do jornalista Antônio Hohfeldt. O que vi e ouvi mobilizou-me internamente, principalmente os discursos de Nelson Xangrê e Marçal Tupã-Y. Eu não sabia que ainda havia índios no Rio Grande do Sul... Em seguida ao seminário, alguns dos participantes envolveram-se na criação da Anai. Estive com eles, e nunca mais deixei a militância indigenista.

Parabólicas: O senhor trabalhou no CIMI e depois foi assessor direto do ministro Nelson Jobim. Afinal, como foi essa transição e como é a relação de vocês?

No meu discurso de posse lembrei fatos que estão estranhamente esquecidos por muitos dos meus companheiros: Nelson Jobim foi um aliado permanente e fiel na Constituinte e na revisão, embora os debates não tenham chegado ao tema, ele antecipou um parecer, publicado, que preservaria a redação dos direitos indígenas. Portanto, há uma coerência firme. Uma vez ministro, ele retornou a um convencimento jurídico anterior (discordo da tese jurídica, mas concordo com a análise política) sobre a necessidade de terceiros serem ouvidos no procedimento demarcatório, a partir dos fatos criados pelo STF. Concordei sempre que o risco de se colocarem em cheque todas as demarcações feitas sob a égide do decreto 22 não deveria ser admitido, e por isso ajudei a elaborar a minuta do novo decreto. Não vejo nenhum problema, e não me percebo em nenhuma contradição, em ter sido assessor jurídico do CIMI e agora ser presidente da Funai. O ministro tampouco vê problemas, assim como não viu problemas em me saber, do ponto de vista jurídico, em posição diferente. ☐

Entalado no abismo entre discurso e ação, o Paraná oscila entre o marketing verde e projetos de alto risco ambiental

Em meados dos anos oitenta, participei de encontro de ambientalistas na Ilha do Cardoso (SP), onde foi assinado importante acordo entre o Paraná e São Paulo, vinculado à proteção do Complexo Lagunar de Iguape-Paranaguá. Na época morando em São Paulo, meu coração ficou feliz com o grau de avanço do meu estado natal em questões de meio ambiente. De "ongueiros" à Polícia Florestal, das políticas públicas aos conceitos expressados nos discursos, o feijão com arroz criativo e bem temperado dos paranaenses colocavam o Estado em posição de vanguarda, de ponta mesmo, exemplo para todo o Brasil.

Dez anos se passaram. Na gestão Álvaro Dias iniciou-se um lento processo de dispersão, que em seu final transformou-se em decadência das estruturas ambientais. No período de Roberto Requião, a falência se exponencializou: fundiram-se os órgãos ambientais, criando uma confusão que perdura até hoje. O ambiente perdeu rumo.

Foi com esta difícil herança que assumiu o Governo do Paraná o engenheiro arquiteto Jaime Lerner, que logo em seus primeiros dias de mandato sancionou a Lei Florestal que, de tão agressiva, não entrou em vigor até hoje. Até a normalmente reservada Embrapa saiu a campo esconjurando a nova lei, na medida em que ela colocou à disposição dos extrativistas de plantão nossas últimas reservas de mata nativa. Ninguém entendeu esta primeira iniciativa "ambiental" da gestão Lerner.

Logo em seguida, ambientalistas paranaenses reuniram 18 jornalistas e denunciaram a exploração silvicultural e a caça sistemática no Parque Nacional de Superagui (litora Norte do Paraná), nas barbas do Ibama e com pleno conhecimento das autoridades estaduais. A resposta foi o silêncio. Mais adiante, o secretário de Estado Joni Varisco (pasta do Trabalho) declarou que o atual governo pretende reabrir a Estrada do Colono, que corta a parte intangível do Parque Nacional do Iguacu. A afirmação nos trouxe preocupação e motivou reunião com a cúpula da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Das pessoas presentes à reunião representando o Estado, nenhuma conhecia o local e seu entorno, muito menos as alternativas viárias. Tivemos que providenciar rapidamente mapas para levarmos adiante a conversa. Nossos protestos deram em nada, pois a absurda reabertura, desconsiderando alternativas, consta nas metas oficiais do Paraná para os próximos anos.

Mal nos refazíamos disto, quando surgiram denúncias de derrubada ilegal de araucárias na região Centro-Sul do Estado. Cenas foram gravadas, depoimentos tomados e a denúncia encaminhada formalmente ao Ministério Público e ao Instituto Ambiental do Paraná, pedindo providências. Fica novamente o registro da omissão silenciosa do Governo do Estado, perante o consumo de matérias-primas florestais nativas, protegidas por lei e praticamente esgotadas. O diálogo com os representantes da Sema/IAP foi ficando cada vez mais espaçado e difícil. Sem política ou discurso articulado, impossível fazer a leitura das intenções do Governo Jaime Lerner na área ambiental. Mas vamos em frente.

Subitamente, assistimos o deputado Algaci Túlio (PDT, líder do Governo do Estado na Assembléia) coordenar uma inócua iniciativa de aprovação da construção da hidroelétrica privada do Tijuco Alto, no rio Ribeira, coração da área mais preservada de Mata Atlântica do Brasil. Na medida em que a questão está sob avaliação da Justiça Federal e que o

Estado de São Paulo está envolvido e tem posição em princípio contrária à obra, a aprovação nada significa senão um ato político. Fica então uma pergunta no ar: por que o ônus inútil deste desgaste perante ambientalistas de todo o Brasil, contrários à execução da obra? Repete-se de certa forma o caso da Lei Florestal que não entrou em vigor: contentasse um lado, sancionando-se uma lei, e logo depois congela-se sua aplicação, contentando às avessas o outro lado. Tãmanha ambigüidade é difícil de entender. É com tudo isso em mente que chegamos a uma nova e

complexa questão: a da estatal franco-paranaense Renault.

Para conseguir atrair a montadora para o Paraná, o Governo Lerner foi mais longe do que outros Estados em suas ofertas. Pôs em risco toda a tradição de planejamento urbano de Curitiba e nossa qualidade de vida, forçando o crescimento da cidade para Leste, sobre uma área de mananciais, contra os ventos dominantes. Caso o distrito industrial não mude de lugar, daqui em diante só os franceses terão ar puro 100% do tempo. O Rima elaborado pela Unilivre (Universidade Livre do Meio Ambiente, com notórias vinculações com o Governo do Estado) é claríssimo quanto aos riscos de desabastecimento de água e de ocupação desordenada de área protegida por lei.

Na audiência pública, ocorrida em 3 de abril de 1995, o Fórum de Entidades Ambientais da Região Metropolitana de Curitiba protocolou pedidos de complementação do Rima, explicitando os riscos para o nosso futuro. Os franceses são bem-vindos, mas lastima-se que não tenham aceito nenhum de nossos distritos industriais. Na imprensa local e mesmo na nacional nada é noticiado. Ao invés de falas esclarecedoras, o canto meloso da propaganda.

O Paraná deixou de ser ponta na questão ambiental. Saímos da posição de vanguarda da média - o que era ótimo - para ocuparmos apenas a vanguarda na mídia paga. É necessário retomar o caminho da minuta de um novo contrato de nossa sociedade com os recursos naturais. Para isso, é preciso estar profundamente envolvido emocional e racionalmente com o fim do subdesenvolvimento intelectual insustentável.

Pelo que demonstrou até agora, o Governo Jaime Lerner ainda está indeciso entre o extrativismo e a Agenda 21, entre o comodismo e a modernidade, entre o conchavo e a busca de transparência, entre permitir que o uso dos solos e o futuro da Capital do Paraná sejam decididos por diretores de uma montadora de automóveis, ou assumir na prática o discurso ambiental que caracterizou seu marketing político. ☒

José Álvaro Carneiro é o presidente da ONG Liga Ambiental.



A Renault chega a Curitiba: ocupação de área de mananciais.

ONGs fiscalizam projetos de saneamento do governo estadual

Desde o ano passado, um grupo de oito ONGs assumiu a responsabilidade de fiscalizar o programa de saneamento básico em implantação na Região Metropolitana de Curitiba. O projeto "Auditoria Ambiental Não-Governamental ao Prosam" consiste no exame periódico e sistemático do desenvolvimento do programa, cujo objetivo é despoluir os rios que formam a Bacia do Alto Iguaçu e abastecem metade da população local, estimada em 1 milhão de pessoas. A grande inovação está no fato de o projeto estar incluído no Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba e de contar com recursos específicos para a sua execução. Um contrato entre o governo estadual e as ONGs, aprovado pelo Banco Mundial, principal financiador do programa, que absorverá US\$ 245 milhões, rege a relação entre todos os envolvidos no processo da auditoria.

O Prosam é uma complexa proposta de integração interinstitucional para recuperar e melhorar as condições ambientais da bacia do Alto Iguaçu, o mais importante manancial de abastecimento de água da região. Envolve também um grande número de ações - desde a instalação de rede de esgoto até a construção de uma barragem envolvendo, direta ou indiretamente, milhares de moradores da área, uma das mais pobres e carentes de infra-estrutura da Grande Curitiba. Como de hábito, os canais entre a população e os executores do programa praticamente inexistem.

A integração institucional e as ações de recuperação e melhoria do ambiente devem convergir para a definição de um modelo de gestão específico para a bacia. A evolução do programa em direção a um organismo gestor específico dependerá, em grande parte, da capacitação dos diferentes atores e agentes desse processo para um novo tipo de relacionamento com o ambiente, pois a "produtividade" do manancial está estreitamente associada ao estado do patrimônio natural local.

A proposta das ONGs - responsáveis pela coordenação, e não pela execução da auditoria - consiste em contribuir para esta capacitação, suprimindo as deficiências de informação e abrindo espaço à participação da comunidade. Assim, a auditoria cumpre no Prosam uma dupla função: preventiva, indicando riscos na implementação de projetos em diferentes cenários, e corretiva, diagnosticando problemas e propondo soluções.

O reconhecimento contratual deste papel das ONGs na execução do programa representa uma dupla conquista. Primeiro, porque coube a elas delimitar o espaço de atuação dos grupos organizados da sociedade local num programa concebido e acertado em Brasília e em Washington. E, segundo, porque a execução das atribuições sob responsabilidade das ONGs conta com recursos específicos, assegurando a indispensável independência de ação da auditoria ambiental. ☒

Teresa Urban é coordenadora do projeto de Auditoria.

NÃO É MIRAGEM

Passei um fim-de-semana em Curitiba, em abril, encantado. Há muitos males no mundo. Mas, em termos ambientais, a capital do Paraná continua anos-luz à frente. Basta compará-la com cidades do seu porte, como Porto Alegre, Brasília, Fortaleza, Salvador e Recife. Para um forasteiro, o contraste é gritante e indubitável. Curitiba é uma exceção para aqueles acostumados, sistematicamente, há anos, com a perda de espaços e a deterioração da qualidade de vida. Prova o que um pouco de racionalidade pode fazer na direção oposta, para melhorar. Naturalmente, tudo é relativo. Para aqueles que sempre vivem na cidade, os parâmetros podem ser outros. E não há dúvida de que decisões recentes na política ambiental no Paraná - como a mal-fadada Lei Florestal e a instalação da fábrica da Renault - são preocupantes.

Mas deixem-me drágar, um pouco. O prefeito Rafael Grecca já instalou 14 Faróis do Saber e oito estão em construção. Tratam-se de torres em forma de farol, inspiradas no Farol de Alexandria, que abrigam um posto policial, em cima, e uma biblioteca, em baixo, construídas junto a escolas. No Boqueirão, o bairro mais popular da cidade, já está funcionando a primeira Rua da Cidadania e vêm aí mais seis. Elas concentram, em uma quadra, serviços e repartições municipais e estaduais, como Detran, Impostos, Luz, Água, Serviços Públicos, Identidade e Certificados, desafogando as burocracias e eliminando viagens ao Centro.

Curitiba é imaculadamente limpa e tem 52 m² de área verde por habitante, o dobro do que a ONU recomenda. Está cercada de parques, que continuam a ser criados. Os índices de poluição do ar estão bem abaixo dos limites recomendados pelo Conama. O sistema de transporte coletivo, com os bi-articulados, levemente "holandeses", transporta 1,6 milhões de passageiros por dia numa cidade de 1,5 milhão de habitantes (sim, apenas).

Você sobe na torre de televisão da Telepar, o ponto mais alto de Curitiba, e constata que ela cresce ao longo das vias de transporte coletivo, permitindo a construção de arranha-céus duas quadras para um lado e para o outro, ao longo dos eixos. Entre eles, há um mar (verde) de casas, terrenos e pequenos edifícios. Com isso, diminuiu-se a especulação e o apartheid social, desconcentrando áreas nobres. É possível comprar apartamentos de 100 m², em bairros "bons", como Juveve e Água Verde, por R\$ 60 mil. Há mais civilização. Mas é bom lembrar, damas e cavalheiros, que isso só foi possível com grana. Curitiba é uma cidade rica, relativamente pequena, e os investimentos ambientais começaram há 20 anos, quando tinha 700 mil habitantes. Tem um mínimo de coerência. ☒

Uma truncagem, nesta coluna, no mês passado, privou-a de várias linhas e de boa parte do seu sentido. Perdeu-se o argumento central que era: "Em crise de desmantelamento, o Estado está depauperado, fraco e vulnerável. Quando era Estado-empresário, foi incompetente com a política ambiental. Poderá ser competente como Estado regulador, sem recursos, orçamento e fiscalização".

ONU REPROVA PROJETOS DE MARKETING URBANO

MARLEINE COHEN

HABITAT II Incentivar relações de troca entre as comunidades e as administrações municipais para um futuro urbano melhor no planeta. Esta parece ser a mensagem do Habitat 2, ao escolher para integrar o *Catálogo das Cem Boas Práticas Urbanas* projetos de urbanização que contaram com a parceria da população. Dentre os projetos *made in Brasil*, a Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento acabou rejeitando os “oficiais”, como o Cingapura, de Paulo Maluf (PPB-SP), e o Vila dos Ofícios, de Jaime Lerner (PDT-PR), que serviram de cartão de visita para alinhar uma estratégia político-marketeira de momento. O Cingapura consiste em urbanizar favelas em São Paulo; o de Curitiba colocou no papel um modelo de urbanização que visa aproximar os cidadãos de seu local de trabalho. Apesar do empenho de Maluf e Lerner, nenhum dos dois projetos emplacou em Istambul (Turquia), onde se realizará a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos, em 3 de junho. O País produziu 70 projetos que se candidataram ao garimpo da arquiteta e urbanista Marlene Fernandes, assessora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal e relatora do processo de escolha dos exemplos regionais mais bem-sucedidos. Na fogueira da vaidade queimaram nada menos que 52 projetos. Dos 18 escolhidos, 11 foram desenvolvidos por administrações municipais pe-tistas. Marlene Fernandes garante, todavia, que não pesou na balança o aspecto político. Tanto melhor para os mortais urbanos. Resta deduzir que a união de forças, entre administradores e administrados, é a tônica para o futuro das cidades. E que a viabilidade urbana só se confirma na prática com a parceria da comunidade.



São Paulo: caos urbano é ameaça constante à cidade.

BRASIL, ALHEIO À SABATINA DE ISTAMBUL

Com o êxodo rural iniciado nos anos 30, o Brasil se urbanizou a passos largos e sem planejamento. Deixou de ser apenas verde para se transformar em um pontilhado de aglomerações urbanas — massas cinzentas de ar poluído e mananciais condenados à morte em consequência da ocupação irracional do solo. Em 1930, as cidades eram pequenas e continham 12% da população total. Em 1991, segundo o IBGE, já abrigavam 75,6% dos brasileiros e incharam. Resultado: a incômoda sensação de que a perspectiva de progresso econômico, social e ambiental do País está intimamente ligada ao futuro das cidades. Apesar disso, o Brasil ainda não despertou para a causa.

Segundo a urbanista Raquel Rolnik, da Polis, ONG voltada para políticas sociais e urbanas, o Brasil ainda se enxerga como um país rural. Eis a questão. De Norte a Sul, as administrações municipais não se sentem ameaçadas pelo modelo urbano em vigor. Dão as costas às suas carências habitacionais que, em números absolutos, são colossais. A professora Ermínia Maricato, representante da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional afirma que o déficit habitacional está estimado em cerca de 5 milhões de moradias. Para se ter idéia do volume de recursos necessários para erguê-las, basta lembrar que os militares construíram, em um quarto de século de muita fartura nos cofres públicos, 4 mil moradias no País.

Segundo Ermínia, o Brasil também ignora seus baixos padrões de habitabilidade: 10,17 milhões de domicílios não estão conectados à rede de água, 5,4 milhões não contam com coleta

de lixo urbano e 16,5 milhões não têm instalações sanitárias. “A questão habitacional sofre historicamente de profundo desprestígio”, diz. É por este motivo que o País não se mobilizou para o Habitat 2.

“O grande problema”, segundo Raquel, é que, sendo a reunião de cúpula de Istambul de âmbito federal, “o governo federal não incentivou a participação dos governos municipais, justamente aqueles que, no Brasil, estão mais ligados à questão do habitat”. Resultado: prefeitos, vereadores e secretários municipais deixaram de participar das reuniões preparatórias.

Embora o Brasil “não tenha demonstrado desejo de liderança nesta área”, manteve, segundo Raquel, “uma posição progressista nos debates”: admitiu a participação de ONGs e representantes de empresas privadas nas discussões e não se colocou contra a aprovação do direito universal à moradia, preceito defendido pelos Países Baixos e rechaçado pelos EUA.

Segundo Raquel, no *day-after* da superexplosão demográfica de que foi vítima, o País também mostrou ter avançado ao reconhecer que “existe uma cidade popular, irregular e clandestina que precisa ser urbanizada: a favela”. E admite melhor do que há dez anos que precisa regularizar sua situação fundiária. Mas a principal constatação, para ela, é de que, no troca-troca das diferentes experiências regionais apresentadas nas reuniões, prevaleceu a sensação de que, na questão urbana e de aporte financeiro, as prefeituras conseguem ir muito adiante do poder federal. ☒

SANEAMENTO EM FAVELAS DE MG SERÁ MODELO INTERNACIONAL

ENRICO NOVARA

HABITAT II Uma parceria entre a Prefeitura de Belo Horizonte e uma ONG italiana está permitindo implantar um programa de melhoria da qualidade de vida de favelados mineiros sem desalojá-los dos seus barracos. Estima-se que cerca de 400 mil pessoas vivam miseravelmente em Belo Horizonte, em 150 favelas estabelecidas em áreas públicas ou privadas. O custo do Projeto Alvorada, de R\$ 10 milhões, está sendo repartido com o governo da Itália. Retornado em 1994, o projeto prevê a implantação de serviços de água, coleta de lixo e esgoto em dez favelas da região metropolitana.

Nos anos 60, uma vez implantada a política habitacional do governo no BNH, a capital mineira assistiu à remoção de assentamentos e à construção de unidades habitacionais longe dos núcleos originários. Nos anos 70, porém, dois fatores contingentes contribuíram para aumentar a participação dos moradores de favelas nos movimentos urbanísticos populares: as fortes chuvas de 1978-79, que deixaram numerosas famílias desabrigadas, e a intensificação das remoções forçadas pela Chisbel, órgão da Secretaria da Habitação encarregado de erradicar favelas. Só em 1980, nove favelas, num total de 45 mil pessoas, foram evacuadas.



Projeto trouxe água e esgoto às favelas.

SÓ A VIOLÊNCIA URBANA PODE ACORDAR A SOCIEDADE BRASILEIRA?

Ano de 2.005. Para os profetas mais alarmistas, em uma década, 90% da humanidade estará se espremendo em cidades desumanas. Um exército de mais de 10 milhões de habitantes em 50 megacidades vai morrer sem praia — de sede, fome, por deslizamento de encosta indevidamente ocupada ou durante um episódio de violência urbana.

As nações estão preocupadas. Por isso, representantes de 186 nações discutirão o futuro das cidades na conferência de Istambul e assinarão o Plano de Ação Global, a Agenda Habitat, comprometendo-se publicamente em dar prioridade às questões urbanas em seus respectivos programas de desenvolvimento. O Brasil também participa, embora ainda

adormecido para a questão. Segundo Ermínia Maricato, “só a violência urbana vai poder acordar a sociedade brasileira”.

Na pauta do Habitat 2, o déficit habitacional e a má qualidade de vida nas cidades, além de soluções polêmicas, como instituir o direito universal à moradia e taxar o mercado financeiro com um percentual para financiar projetos habitacionais e urbanísticos.

O Habitat 2 acontece 20 anos depois do primeiro, realizado no Canadá com vistas a dar um destino aos refugiados de guerra. Com o tempo, transformou-se em fórum de política urbana, mas — sintoma indelével da pouca importância que desperta o tema —, é, dentro da ONU, a agência mais nova e menos rica. (M.C)

Em 1983, foi aprovada legislação ainda inédita no Brasil, a Profavela de Belo Horizonte, baseada na Lei Federal 6766, de 19 de dezembro de 1979, que reconhece o direito à terra dos moradores de favela. A regularização da posse de terra foi considerada pelos movimentos comunitários como marco inicial para o reconhecimento dos direitos e da cidadania.

A Profavela criou o código de zoneamento de 128 áreas de favelas mineiras, que foram identificadas a partir da concepção de “Zonas de Interesse Especial” (SE4). A lei Profavela também estabeleceu critérios de planejamento para as SE4, modificando os padrões urbanísticos da lei 6766/79 que, por muito tempo, contribuíram para manter as favelas ilegais.

Na aplicação da lei, a Prefeitura de Belo Horizonte selou parceria com a Associazione Volontari Per Il Servizio Internazionale, uma ONG italiana criada em 1977 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento internacional e reconhecida pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália e da União Européia. A AVSI está presente em Belo Horizonte desde 1981 para investir em parcerias com os movimentos de favelas.

Na primeira fase do projeto, entre 1984 e 1992, a meta de legalizar 22 áreas e realizar os primeiros trabalhos de urbanização em várias favelas da cidade foi alcançada. A partir de 1994, o governo italiano passou a financiar 50% do programa de intervenção estrutural, com duração prevista de quatro anos. O projeto conta com a participação do governo do Estado de Minas Gerais e de outras cidades da área metropolitana, além da Universidade Católica de MG e organismos da sociedade civil.

O Programa Alvorada foi escolhido pela ONU como um dos 28 modelos habitacionais mais bem-sucedidos do mundo em função de seu conteúdo metodológico e dos resultados alcançados. Boa parte do seu sucesso baseia-se em critérios inovadores, como o conceito de que a favela não poder ser encarada como fenômeno transitório. Ela é um elemento de estrutura fixa da cidade e apresenta padrões de habilidade precários não só em termos de ausência de infra-estrutura e serviços, como pela sua própria estruturação espacial, que não insere funções urbanas básicas de locomoção ou lazer.

Porém, é possível elevá-la a um padrão habitacional aceitável, a um custo financeiro baixo e social menor ainda, se comparado com a produção de novos assentamentos. A elevação do padrão urbano implica necessariamente em intervenções reestruturadoras que recomponham funções básicas dentro da espacialidade das vilas e eliminem situações de insalubridade, risco ou opressão urbana. A intervenção urbana em áreas informais visa integrar o assentamento à cidade formal. ☒

Enrico Novara é engenheiro e diretor do Programa Alvorada.

O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*), Juliana Santilli (*vice-presidente*), Eduardo Viveiros de Castro, Enrique Svinsky, Neide Esterici

Secretários-Executivos

Carlos Alberto Ricardo
João Paulo Capobianco



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo - SP
tel: 55 11 825-5544
fax: 55 11 825-7861
internet: socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 101
70862-530 Brasília - DF
tel: 55 61 248-2439
fax: 55 61 248-6420
internet: dfsocioamb@ax.apc.org

**IHU. TODOS OS SONS DE
MARLUI MIRANDA****LUX VIDAL**

Mais uma importante contribuição de Marlui Miranda para o conhecimento e a divulgação da música indígena. É o *songbook* Ihu Todos os Sons, publicado pela Editora Árvore da Terra. São 204 páginas de transcrição de músicas que já constavam de um CD, lançado em 1995 com o mesmo nome. Belos textos de introdução e trechos de apresentação das canções para contextualizar cada partitura já vêm com versão em inglês e alemão, o que ajudará no mercado europeu, muito interessado no resgate da música étnica e nos possíveis arranjos e criações que ela proporciona.

No Brasil, diz Marlui, quem se envolve com música indígena é estigmatizado. Comercialmente, o gênero não é lucrativo e em termos profissionais, o reconhecimento é difícil. Estou convencido, porém, que ela fez "a coisa certa". Ela ainda tem muitos projetos – seis CDs e seis livros. "Isto aqui", diz, "é ainda o começo". "Precisamos, porém", completa, "produzir com esmero e alta qualidade técnica. Tanta riqueza e diversidade musical merecem ser interpretadas pelos melhores profissionais e com muito respeito".

Mas como inserir o grande trabalho de pesquisa de Marlui, os anos de aprendizagem solitária e suas belíssimas interpretações no contexto geral do conhecimento produzido sobre povos indígenas?

Pelo visto, os índios gostaram. Os Suruí de Rondônia consideram-na uma cantora da tribo; os Panare, que assistiram ao show ao vivo, se emocionaram; os Kayapó não hesitaram em acompanhar o canto do Bep e Kworo Kango com improvisações próprias.

Do lado de cá, é mais complicado. As músicas indígenas recolhidas e gravadas por não-índios podem receber dois tipos de tratamento. O primeiro, de cunho antropológico, *in context*, quando o pesquisador trabalha com uma oralidade de primeira ordem, participando de todos os aspectos da

vida comunitária. A música é analisada em seus próprios termos e em suas articulações com as outras esferas da cultura, sócio-cosmológicas e estéticas. Esta vertente etnográfica, científica, que deveria ser promovida pela Universidade e centros de pesquisa, nunca recebeu atenção no Brasil.

O segundo tratamento é de cunho artístico, puramente musical, *out of context*. Os músicos lidam com uma oralidade de segunda ordem, modificada por novas tecnologias sonoras e gráficas e pela comunicação de massa, e muitas vezes submetida a mixagens e a um *marketing* pesado. Existem experiências radicais e pelo visto rentáveis. Mas pouco contribuem para difundir o gênero.

Mas o fato é que a música indígena é totalmente desconhecida e em nada se assemelha com a MPB. Ora, a resistência dos produtores se deve ao medo que eles têm, no fundo, de colocar no mercado algo que não seja a cara do Brasil. Neste sentido, a banda Sepultura conseguiu dar a volta por cima. Como diz Hermano Vianna, "a aliança *heavy metal* do Sepultura com os Xavante faz sentido. É o encontro de tribos inimigas de um ideal de homogeneização nacional, que dita que 'quem não gosta de samba, bom sujeito não é'".

É no contexto destes dois extremos, a ausência de uma etnomusicologia indígena e o rolo compressor da *world music*, que o trabalho de Marlui ganha sentido: resgata com força e criatividade a música indígena para o mundo e para os índios. Sem distorções. Isto é possível porque a própria estrutura da música indígena permite uma grande variedade de interpretações, mesmo no seu contexto tribal. Ela traz em si possibilidades enormes de arranjos e algumas peças podem ser estruturadas com os movimentos de uma sinfonia, como no caso do Kworo Kango. Lévi-Strauss reconhecia no quarteto de flautas sagradas dos Nambikwara um parentesco perturban-

te com certas passagens do *Sacre du Printemps*, de Stravinsky; a polifonia da arte dos Suruí do Pará lembra experiências modernas.

O *songbook* representa a parte mais difícil deste trabalho. É um duplo esforço de tradução: transformar a fala indígena em palavra escrita e as melodias em pautas escritas. Não existe nada igual no Brasil. Mas Marlui adverte: "Qualquer partitura é apenas um rascunho, uma referência. Toda notação musical precisa de uma interpretação e a escrita musical dá liberdade para uma interpretação subjetiva. Procurei colocar no 'nosso tempo' os cantos indígenas e viabilizar isso em termos de escrita".

Uma consideração final: às vezes, Marlui parece querer aproximar a música indígena da MPB, como uma suposta raiz da cultura e da identidade nacional, ou como uma contribuição longamente negada mas agora bem vinda à "brasileiridade". Os próprios textos do *songbook* insistem nisso. Este não é o caminho. Os índios que aqui vivem são cidadãos brasileiros, mas nada os obriga a passar pela MPB-Pátria Amada para atingir o mundo. A música indígena é universal e é assim, aliás, que Marlui e seus músicos a interpretaram. Por isso, ela precisa assumir a autonomia radical desta musicalidade, cujas afinidades são múltiplas, e deixar o público livre de qualquer coerção ideologizante. ☐

Lux Vidal é antropóloga da USP.

Agenda

- 11^ª Feira Internacional Especializada em Técnicas de Despoluição - IFAT 96. Munique, Alemanha. De 7 a 11/5.
- Experiências de Metodologias Participativas, com Populações Indígenas ou Camponesas. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia. De 20 a 24/5.
- Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, RJ. De 27 a 31/5.